

A Economia Brasileira na Década de 80: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado

ANTÓNIO JORGE FERNANDES, CASSIANO PAIS

Universidade de Aveiro, Departamento de Economia; Gestão e Engenharia Industrial – 3810-193, Aveiro-Portugal

INETI- Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, DMS- Departamento de Modelação e Simulação, 1649-038 Lisboa-Portugal

Resumo

A interrupção na década de oitenta, de uma longa história de crescimento que caracterizava o Brasil, é resultado de um amplo conjunto de causas entre as quais, o peso insustentável da dívida externa, o imobilismo gerado por uma excessiva protecção à indústria nacional, o fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, baseado fundamentalmente na intervenção generalizada do Estado na economia, esgotamento esse assente na crise do Estado brasileiro que diminuiu sensivelmente a sua capacidade de investimento, retirando-lhe o grande papel de principal promotor do desenvolvimento.

No entanto, é no seu aspecto financeiro que a crise se torna mais aguda, levando a economia a uma espiral inflacionária, que provocou uma queda nos níveis de poupança do sector público, criando um ambiente de incertezas que dificultou a retomada dos investimentos e continua a provocar o alargamento dos desníveis sociais, com consequências imprevisíveis no futuro.

A partir de 1979, o padrão de crescimento baseado no financiamento externo ou estatal, através do investimento directo do Estado ou do investimento privado subsidiado, que tinha prevalecido durante a década de 70, entrou em crise, quando o fluxo de financiamento externo líquido cessou em 1982.

Assim é que, em razão da crise nacional que se segue, emerge uma questão política básica, que é a de que nos anos oitenta, o Brasil perdeu o controlo do seu destino. Três factores contribuíram decisivamente para isso, frustrando os intentos de colocar o país na trajectória do progresso e da modernidade: a dívida externa, as elevadas taxas de inflação e uma profunda crise do Estado. Embora variem os graus de relevância destes três factores, eles estiveram sempre presentes na conjuntura da crise.

Este trabalho procura assim, analisar as causas que provocaram a profunda crise brasileira da década de oitenta, crise que aliás se estenderia a praticamente toda a América Latina, naquela que é considerada pelos latino-americanos como a "década perdida", bem como as consequências das sucessivas medidas económicas e planos de estabilização tentados pelos sucessivos governos, na tentativa vã de retornar a níveis de crescimento e de controlo inflacionário que permitissem a recuperação económica do país.

1. Introdução

Ainda que durante a década de oitenta o desempenho económico dos diferentes países latino-americanos não tivesse sido uniforme, com alguns conseguindo taxas de crescimento razoáveis e uma relativa estabilidade de preços, na maioria destes países porém, o que verificou foi a manutenção prolongada de elevadas taxas de inflação, problemas crescentes com a gestão das dívidas externas, estagnação económica e redução da renda por habitante. A crescente espiral inflacionária vivida na maior parte destes países, só foi parcialmente interrompida em períodos de congelamentos de preços, através dos chamados choques económicos heterodoxos, para logo a seguir voltar de uma forma geral a níveis iguais ou superiores aos anteriormente estabelecidos.

**TABELA 1: A CRISE NA AMÉRICA LATINA. ALGUMAS VARIÁVEIS
MACROECONÓMICAS NOS ANOS 80**

Variações percentuais %	1980	1985	1989
Crescimento do PIB (índice)	100,0	103,5	113,1
Crescimento do PIB per-capita (índice)	100,0	92,2	91,7
Investimento/PIB	24,2	16,3	16,2
Inflação	54,9	274,7	1.157,6
Dívida/ Exportações	2,1	3,5	3,2

Fonte: CEPAL (Comissão Económica para a América Latina das Nações Unidas, Santiago, Chile), in Bresser, L.C. "A CRISE DO ESTADO: ENSAIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA".

Os dados contidos na Tabela 1, são elucidativos do tamanho da crise latino-americana.

A renda por habitante na América Latina, reduziu-se em 8,3% no período de 1980 a 1989, enquanto a inflação que era em média de 54,9% no início dos anos 80, subiu para 1157,6% no final da década e a taxa de investimento em relação ao Produto Interno

Bruto (PIB) caiu de 24,2 para 16,2¹.

Estes dados claramente negativos, levaram vários economistas a formularem diferentes teorias para o caos económico que se instalou no continente Latino-Americano, procurando detectar as causas da crise e orientar os governos para que estes implementassem as reformas necessárias.

No caso do Brasil, o maior e mais rico país da América Latina, não foi diferente. Os economistas brasileiros dividem-se quanto ao grau de importância a conceder às principais causas da crise, mas são praticamente unânimes quanto a elas: A dívida externa excessiva, altas taxas de inflação, excesso de intervenção estatal na economia e uma crise fiscal profunda do Estado que lhe retirou toda a capacidade de poupança e praticamente o imobilizou.

De qualquer forma não há como negar que a grave crise que se abate sobre as economias latino-americanas, inclusive a brasileira, está intimamente relacionada com o grande processo de endividamento externo. Durante os anos setenta, a abundância de recursos em poder dos bancos internacionais viabilizou o crescente endividamento dos países da América Latina, que

ultrapassou em 1982 os US\$ 300 bilhões. No entanto, desde 1979, os bancos credores mostravam já sinais de preocupação e impaciência, ao pressionarem os devedores com a recusa da concessão de novos empréstimos, deixando-lhes clara a necessidade de se ajustarem, adotando políticas económicas ortodoxas com o objectivo de aumentar as exportações, reduzir as importações e combater a inflação já então em níveis bastante acentuados.

As políticas económicas ortodoxas, em função dos desequilíbrios mais comuns destas economias, como a inflação e o desequilíbrio externo, estavam geralmente contidas nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e consistiam basicamente em:

- reduzir as despesas do Estado e equilibrar o orçamento público;
- reduzir e controlar a quantidade de moeda em circulação;
- liberalizar os preços de quaisquer tabelamentos;
- liberalizar a taxa de juros, que dada a redução da oferta monetária, deverá aumentar;
- liberalizar (geralmente desvalorizar) a taxa de câmbio;
- eliminar todos os subsídios;
- reduzir os salários dos sectores público e privado.

É possível observar que à excepção da proposta para os salários, todas as demais são liberalizantes. Aliás, uma constante das propostas ortodoxas de política económica, sempre foi o arrocho salarial, adoptado em nome do combate à inflação.

Diagnosticar este tipo de política económica não é difícil. Se a inflação e o desequilíbrio externo decorrem das distorções do mercado e do excesso de procura agregada, há que corrigir essas distorções eliminando todo e qualquer controlo de preços e procurando reduzir a procura agregada, provocando uma recessão na economia.

Assim, a redução das despesas do Estado, a redução da quantidade de moeda em circulação e a elevação da taxa de juros (que leva tecnicamente à redução dos investimentos) têm como consequência reduzir a procura agregada e provocar a recessão (aumentando as taxas de desemprego e diminuindo os níveis de produção). Como consequência, a inflação cairia, uma

TABELA 2: BRASIL. TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA 1970 / 1990

Anos	Taxas Reais de Variação Anual do PIB				Índice PIB Real 1980=100	População (Mil)	PIB Per Capita	
	Agropecuária	Industria	Serviços	Total			Taxa Real de Variação	Índice Real 1980=100
1970					43,7	93.139		55,6
1971	10,2	11,8	11,2	11,3	48,6	95.450	8,6	60,4
1972	4,0	14,2	12,4	11,9	54,4	97.818	9,2	66,0
1973	0,1	17,0	15,6	14,0	62,0	100.244	11,2	73,4
1974	1,3	8,5	10,6	8,2	67,1	102.731	5,6	77,5
1975	6,6	4,9	5,0	5,2	70,6	105.280	2,7	79,5
1976	2,4	11,7	11,6	10,3	77,8	107.891	7,6	85,6
1977	12,1	3,1	5,0	4,9	81,7	110.568	2,4	87,6
1978	-2,7	6,4	6,2	5,0	85,7	113.311	2,5	89,8
1979	4,7	6,8	7,8	6,8	91,6	116.122	4,2	93,5
1980	9,5	9,2	9,0	9,2	100,0	118.623	6,9	100,0
1981	8,0	-8,9	-2,3	-4,5	95,5	120.918	-6,3	93,7
1982	-0,5	0,0	1,9	0,5	96,1	123.256	-1,4	92,4
1983	-0,6	-5,8	-0,8	-3,5	92,7	125.640	-5,3	87,6
1984	3,4	6,6	4,1	5,3	97,6	128.070	3,3	90,4
1985	10,0	8,3	6,4	7,9	105,4	130.547	5,9	95,7
1986	-8,0	11,8	8,2	7,6	113,4	133.072	5,6	101,1
1987	15,0	1,1	3,3	3,6	117,4	135.646	1,6	102,7
1988	0,8	-2,6	2,3	-0,1	117,3	138.270	-2,0	100,6
1989	2,9	2,9	3,8	3,3	121,2	140.944	1,3	102,0
1990	-3,7	-8,0	-0,8	-4,4	115,8	143.670	-6,2	95,7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)

vez que por definição é considerada como sendo causada por um excesso de procura. A redução da procura interna teria um efeito duplo sobre as contas externas. De um lado, a queda do consumo faria com que sobrassem mais mercadorias para serem exportadas. De outro, a queda no investimento implicaria numa menor procura por bens importados. Aumentadas as exportações e reduzidas as importações, a balança comercial tornar-se-ia superavitária e o balanço de pagamentos tenderia a equilibrar-se.

2. O Caso Brasileiro

O Brasil tentou aplicar esta política económica ortodoxa em diversas ocasiões, com mais efeitos negativos do que práticos. No entanto este tipo de política económica, começou a ser sugerido pelos credores externos, em virtude das desconfianças quanto à segurança dos seus empréstimos, uma vez que no ano de 1979, ocorreram três choques externos que viriam a causar graves problemas aos países latino-americanos.

Estes três choques foram o segundo choque do petróleo, que triplicou os seus preços, a elevação brusca das taxas de juros internacionais, que aumentou de forma significativa o total dos juros pagos pelos países devedores e finalmente a recessão norte-americana de 79/82, que se considera ter sido a mais grave desde a Grande Depressão de 1930. A triplicação dos preços de petróleo aumentava sensivelmente o valor das importações da maioria dos países latino-americanos (excepto o México e o Equador) e particularmente do Brasil. O aumento da taxa de juros elevava os pagamentos anuais de juros, decorrentes do grande volume de financiamentos externos, captados durante a década de 70. E finalmente a recessão norte-americana reduzia as exportações latino-americanas para aquele país, claramente o seu principal parceiro comercial.

A pressão destes três factores foi contundente, levando a América Latina na década de 80 à maior recessão de toda a sua história. Aqueles choques externos só poderiam ter sido compensados com uma aceleração do endividamento externo, o que a esta altura e frente ao elevado grau de endividamento dos anos 70, era impensável.

Dado o desequilíbrio externo, expresso por elevados défices na conta corrente do balanço de pagamentos e frente à decisão dos bancos internacionais de não continuarem a financiar esse défice com o aumento do endividamento externo, um processo de ajustamento capaz de equilibrar a balança comercial, reduzindo importações e aumentando exportações era inevitável.

Se nesta fase, os países latino-americanos tivessem podido e querido unir-se e usar o seu poder de negociação para fazer face à questão da dívida, era provável que tivessem obtido reduções nas taxas de juros e financiamentos adicionais, que permitissem um ajustamento mais suave e gradual. Mas isso efectivamente não aconteceu. Os bancos credores aumentaram a pressão, sobretudo após a moratória do México em 1982. Esta pressão contava com o apoio dos seus respectivos países e também do Fundo Monetário Internacional. E o ajustamento acabou realizando-se nos termos determinados pelos bancos credores e por este organismo.

Foi um ajustamento realmente drástico, que levou o PIB per capita da América Latina, a uma redução de 8,9% entre os anos de 1981 e 1984. Os maiores prejudicados foram os trabalhadores, uma vez que as desvalorizações reais das moedas locais (as chamadas maxi-desvalorizações) necessárias para estimular as exportações e conter as importações, mudaram os preços relativos, penalizando os salários e favorecendo o lucro dos exportadores. Há estudos mostrando ter havido uma queda nos salários reais da América Latina em 10% no mesmo período². E a inflação que por exemplo, havia sido no Brasil de 93,5% em 1981, subiu em 1984 para 239%, tendo esta alta sido extensiva à generalidade dos demais países latino-americanos.

Outra grave consequência foi que os países latino-americanos, de importadores de capital nos anos setenta, passaram a exportadores líquidos de capital nos anos oitenta. Só na primeira metade da década, cerca de 5% do PIB, passou a ser enviado directamente para o exterior, para pagar os juros da enorme dívida externa.

O Brasil, a par dos demais países da América Latina viu assim iniciar-se a década de oitenta, a que os economistas chamaram a *década perdida*, como um período que viria a ser pródigo numa série de tentativas ortodoxas de estabilização na primeira metade da década e

TABELA 3: BRASIL. VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS INTERNAS (%). 1970 / 1991

Anos	PIB %/Anual	Investim. / PIB	Inflação IGP/IPC	PIB Per Capita % Anual	Poupança (% PIB)	
					Total	Externa
1970	8,3	25,5	19,8		24,1	1,4
1971	11,3	26,0	19,7	8,6	23,4	2,6
1972	11,9	26,1	15,7	9,2	23,5	2,6
1973	14,0	27,2	15,5	11,2	25,2	2,0
1974	8,2	30,2	34,5	5,6	23,5	6,7
1975	5,2	31,7	29,4	2,7	26,4	5,3
1976	10,3	27,1	46,3	7,6	23,3	3,8
1977	4,9	25,7	38,8	2,4	23,5	2,2
1978	5,0	26,5	40,8	2,5	23,2	3,3
1979	6,8	22,0	77,2	4,2	17,5	4,5
1980	9,2	23,3	99,7	6,9	17,2	5,1
1981	-4,5	21,1	93,5	-6,3	16,8	4,3
1982	0,5	21,2	100,3	-1,4	15,4	5,8
1983	-3,5	16,9	178,0	-5,3	13,6	3,3
1984	5,3	16,4	209,1	3,3	16,5	-0,1
1985	7,9	17,0	239,1	5,9	19,0	-2,0
1986	7,6	19,2	58,6	5,6	17,1	2,1
1987	3,6	22,2	396,0	1,6	21,7	0,5
1988	-0,1	22,7	994,3	-2,0	24,0	-1,3
1989	3,3	24,8	1.863,6	1,3	25,0	-0,2
1990	-4,4	21,5	1.585,2	-6,2	20,7	0,8
1991	0,9	18,9	475,1	-1,0	18,6	0,3

Fonte: FIBGE/Banco Central do Brasil:

A. Brasil - Programa Económico nº 35 - Dezembro de 1992. Editado pelo Departamento Económico do Banco Central do Brasil.

B. Boletim do Banco Central do Brasil, Volume 29 - nº 1, Julho de 1993.

heterodoxas na segunda. Estes planos económicos de estabilização heterodoxos tiveram a sua máxima expressão em países como a Argentina e o Brasil, mas veremos que a exemplo das receitas ortodoxas do FMI, foram incapazes de resolver os problemas básicos que afligiam estas economias: a enorme dívida externa e interna, a quase hiperinflação e a profunda crise fiscal do Estado.

A interrupção na década de 80, de uma longa história de crescimento que caracterizava o Brasil, é resultado de um amplo conjunto de causas entre as quais, o peso insustentável da dívida externa, o imobilismo gerado por uma excessiva protecção à indústria nacional, o fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, baseado fundamentalmente na intervenção generalizada do Estado na economia, esgotamento esse assente na crise do Estado brasileiro que diminuiu sensivelmente a sua capacidade de investimento, retirando-lhe o grande papel de principal promotor do desenvolvimento.

No entanto, é no seu aspecto financeiro que a crise se torna mais aguda, levando a economia a uma espiral inflacionária que provocou uma queda dos níveis de poupança do sector público, criando um ambiente de incertezas que dificultou a retomada dos investimentos e continua a provocar o alargamento dos desníveis sociais, com consequências imprevisíveis no futuro.

Na história do seu desenvolvimento capitalista, a economia brasileira não parou de crescer desde aproximadamente os anos 40 do século XIX, quando o desenvolvimento da cultura de café permitiu superar a crise que se arrastava desde meados do século anterior, quando se esgotara o ciclo do ouro.

Isto permite-nos constatar que foram cento e cinquenta anos de extraordinário crescimento, mas a partir de 1981, a economia brasileira entra num longo período de estagnação que se arrasta por toda a década. A renda por habitante, que nos oito anos anteriores 1973/1980 crescera 52,7%, é menor em 1990 do que no começo da década. Essa redução da taxa de crescimento da economia brasileira para uma média praticamente constante ao crescimento da população durante a década, quando a sua taxa histórica de crescimento tinha sido de aproximadamente 7% ao ano desde os anos 40, não pode ser considerada accidental e está

intimamente ligada à queda do investimento no país. Esta taxa que tinha sido de 23% em média nos anos 70, baixou para 17,4% a partir de 1981³. A crise brasileira configurava-se como uma crise estrutural, cujos sintomas básicos são a estagnação da renda por habitante e a drástica redução da poupança e investimento do país, como se pode observar na tabela 3. Observando esta tabela é possível examinar comparativamente o padrão de financiamento dos investimentos na década de setenta e na década de oitenta. Enquanto a taxa de crescimento do produto flutuou acentuadamente, as taxas de poupança e investimento declinaram significativamente. A redução da taxa de poupança está claramente relacionada com o declínio da poupança externa, e sobretudo com o da poupança do Estado, que era de aproximadamente 10% no início dos anos setenta, o que significava 42% do total e que caiu para zero em 1985, às vésperas do primeiro choque económico heterodoxo. De um valor máximo de 31,75 do PIB em 1975, o total da poupança caiu para 16,4% em 1984, recuperando-se posteriormente para o nível de 21,5% em 1990, mas com uma participação externa insignificante.

Na verdade e durante este período, a poupança externa declinou de 5,3% para menos de 1%, chegando a ser negativa em alguns períodos. Os investimentos caíram de 31,7% do PIB em 1975, para 18,9% em 1990, através de uma forte redução dos investimentos públicos que eram em 1985 de zero, contrastando com os 8,2% de 1975, apesar dos investimentos privados se terem mantido praticamente ao mesmo nível.

No Brasil, durante a década de 1970, o processo de financiamento dos investimentos seguiu o padrão clássico dos primeiros estágios de desenvolvimento, em que o investimento total era função do endividamento externo e do investimento estatal.

Em 1974, o investimento externo rondava os 22% do investimento total, enquanto o investimento estatal se ficava em torno dos 27%. É necessário porém admitir que o investimento estatal foi superior a este valor, uma vez que além de investir directamente ou através das empresas estatais, o Estado subsidiou fortemente o investimento privado. Não há dados exactos sobre o montante desses subsídios, mas durante os anos setenta, havia subsídios para uma série de actividades, nomeadamente subsídios para exportação, crédito subsidiado, subsídios fiscais para sectores industriais e regiões e preços artificialmente baixos

de bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, sobretudo os preços do aço e da energia eléctrica.

Porém a partir de 1979, esse padrão baseado no financiamento externo ou estatal, com investimento directo do Estado ou com investimento privado subsidiado que prevaleceu durante a década de setenta, entrou em crise, quando o fluxo de financiamento externo líquido cessou em 1982.

Assim é que, em razão da crise nacional, emerge uma questão política básica, que é a de que nos anos oitenta, o Brasil perdeu o controlo do seu destino. Três factores contribuíram decisivamente para isso, frustrando os intentos de colocar o país na trajectória de progresso e modernidade: a dívida externa, as elevadas taxas de inflação e uma profunda crise do Estado. Embora variem os graus de relevância destes três factores, eles têm estado sempre presentes na conjuntura da crise.

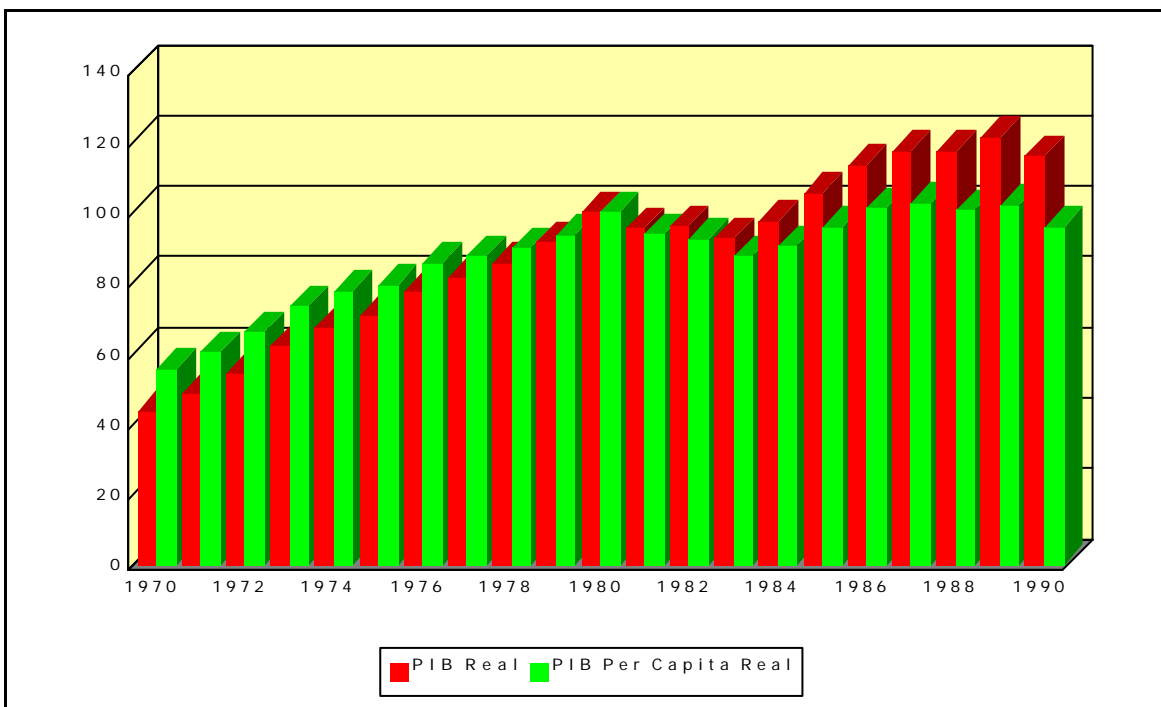
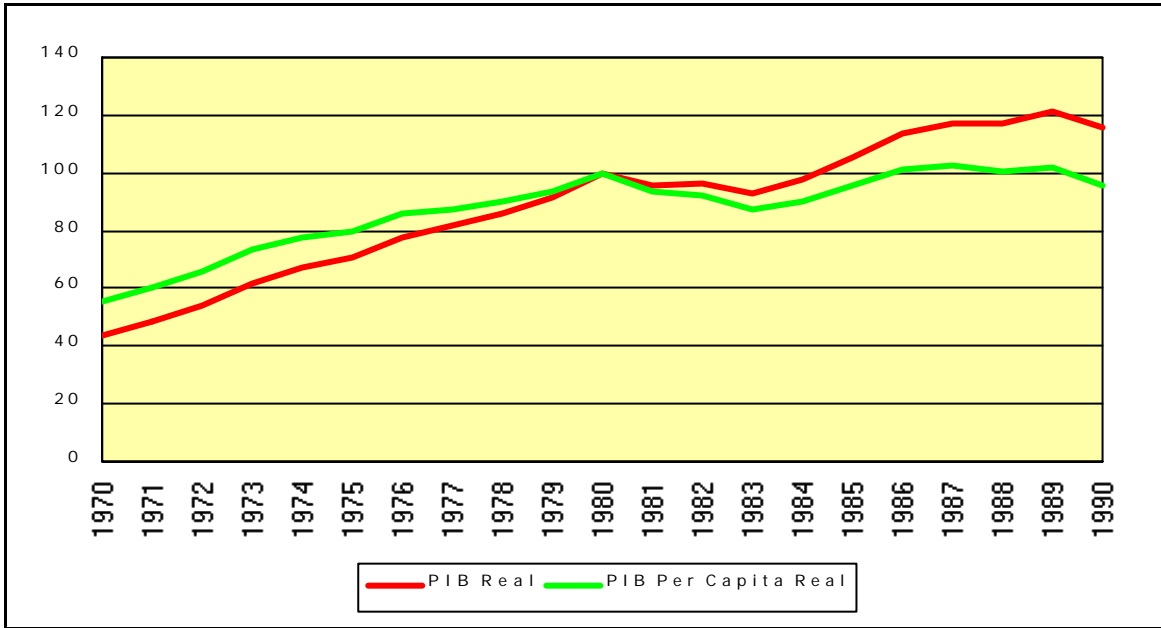
Na verdade a estagnação e as altas taxas de inflação são assim as principais características da economia brasileira nos anos oitenta. O País que vinha ao longo de quase um século crescendo a taxas elevadas, viu este ciclo de crescimento interrompido em 1981.

Num primeiro momento, entre 1981 e 1983, a diminuição do ritmo de crescimento do PIB (4,5% em 81, 0,5% em 82 e -3,5% em 83) foi devida a um esforço de ajustamento imposto pela crise da dívida e pelos choques externos já citados. Entre 1984 e 1986, a crise parecia estar sendo superada, mas em 1987, um ano após a implementação do primeiro choque económico heterodoxo, o denominado *Plano Cruzado*, a crise volta a instalar-se na economia brasileira, com o PIB tendo uma taxa de crescimento negativa de 0,1% em 1988.

Em 1989, a economia volta a apresentar um crescimento positivo embora modesto, de 3,3%, ao mesmo tempo em que a inflação chegava aos 50% mensais no final do ano, ou seja, uma taxa de inflação que se poderia inserir num processo hiperinflacionário. Em 1990, a economia volta a apresentar uma taxa negativa de crescimento do PIB em torno aos 4,4%, com a constatação de que o PIB per capita era em 1990, inferior ao de 1980.

A crise da economia brasileira na década de oitenta pode ser explicada por várias causas. Está de facto bem clara a sua relação com a dívida externa e com a crise fiscal do Estado que se desenvolveu a partir desta dívida e que levou a economia a um prolongado processo de estagnação.

GRÁFICO 1. BRASIL. EVOLUÇÃO DAS TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA. 1970 / 1990 (1980 = 100)



A aceleração da inflação durante este período, está fortemente associada à crise fiscal e à dívida externa, mas é o conflito distributivo, que caracteriza uma economia em que a renda é fortemente concentrada, a causa fundamental dessa inflação e da sua aceleração. A dívida externa, à medida que agiu agravando directa ou indirectamente o conflito distributivo, teve um papel importante como factor alimentador da inflação.

Por sua vez, a inflação agrava o défice público, afasta os investimentos e diminui a produtividade do capital. Entre 84 e 86, quando se alcançou o equilíbrio na conta corrente, acreditou-se que a crise da dívida estava a ser superada e que o défice orçamentário estava sobre controlo, pelo que a única causa visível dos problemas do país era a inflação.

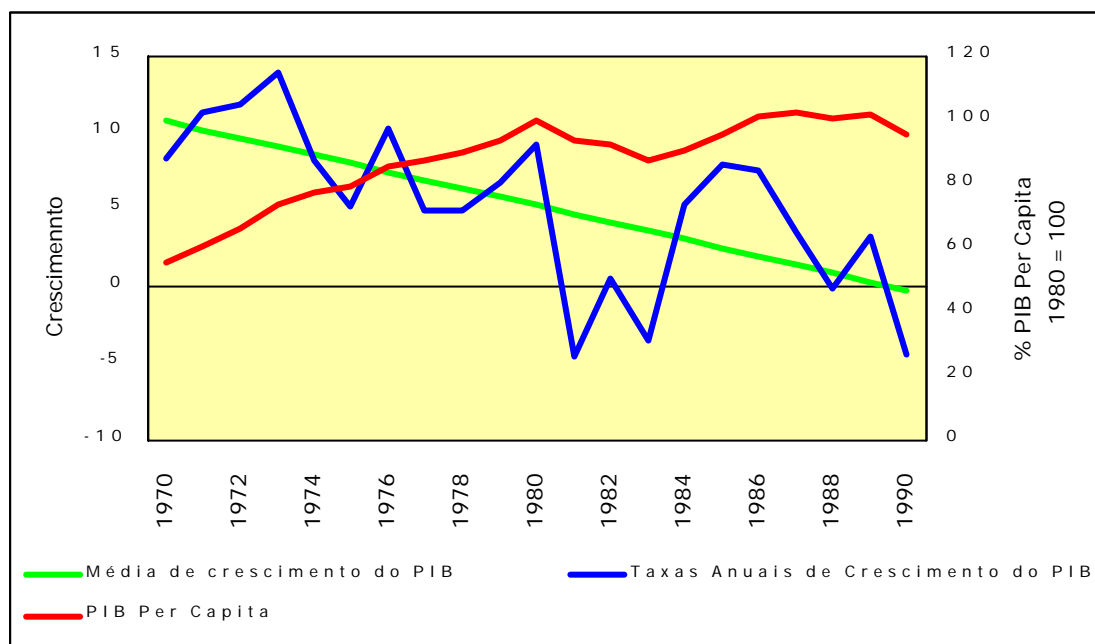
Nos anos setenta, a taxa anual média de inflação no Brasil foi de 40%. Em 1979 essa taxa sobe para 77%, mantendo-se em torno aos 100% até 1982 e coincidindo com a crise da dívida, que se iniciara em 1979, com o segundo choque do petróleo e a subida dos juros internacionais.

As principais causas para a subida da inflação nesse período foram uma maxi-desvalorização do cruzeiro em 1979, o aumento das taxas de juros internas, uma nova política salarial e o aumento de alguns preços dos bens públicos, que como veremos tinham sido mantidos artificialmente baixos no período 74/78.

Em 1983, a inflação sofre uma nova aceleração para perto dos 200%, mantendo-se nesse nível até 1985, fruto de uma nova maxi-desvalorização do cruzeiro, associada a um aumento significativo dos preços agrícolas.

As recessões profundas de 1981 e 1983, foram pois incapazes de controlar a inflação, o que levou um grupo de economistas brasileiros, a formular a teoria da inflação inercial e a propor como solução, um congelamento geral de preços, o que viria a ser chamado de *choque heterodoxo*. O *Plano Cruzado*, de Fevereiro de 1986 foi o resultado dessa proposição teórica. O fracasso desse plano atribuiu-se não à concepção original do plano, mas sim à administração populista que se lhe imprimiu. Esse plano assim como o *Plano Bresser* (Junho de 87) e o *Plano Verão* (Janeiro de 89), foram incapazes de eliminar a inflação.

GRÁFICO 2. BRASIL. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB, INFLAÇÃO E TAXA REAL DO PIB PER CAPITA. 1970/1990 (1980 = 100)



Estes planos, baseados na mais importante contribuição dos economistas latino-americanos à teoria económica, a teoria da inflação inercial, fracassam devido fundamentalmente à incapacidade do governo de conter a procura agregada, na medida em que não se conseguiu reduzir o défice público, nem se praticou uma política monetária rígida que garantisse taxas de juros positivas, devido também à recusa do governo em corrigir os preços relativos que estavam distorcidos à época dos choques e devido ainda e sobretudo, à cont inuidade de uma dívida externa extremamente elevada e à incompatibilidade desta com a estabilidade dos preços internos.

Estes planos, baseados na mais importante contribuição dos economistas latino-americanos à teoria económica, a teoria da inflação inercial, fracassam devido fundamentalmente à incapacidade do governo de conter a procura agregada, na medida em que não se conseguiu reduzir o défice público, nem se praticou uma política monetária rígida que garantisse taxas de juros positivas, devido também à recusa do governo em corrigir os preços relativos que estavam distorcidos à época dos choques e devido ainda e sobretudo, à continuidade de uma dívida externa extremamente elevada e à incompatibilidade desta com a estabilidade dos preços internos.

As razões para que somente um congelamento de preços combinado com tímidas medidas de política fiscal e monetária é incapaz de controlar a inflação, é que é necessário encontrar uma solução definitiva para a crise da dívida externa, que por sua vez condiciona a acção do Estado, através de uma evidente crise fiscal, só podendo ser eliminada através da redução da dívida pública interna e a eliminação do défice orçamentário. Sem estas medidas, a inflação não cede e estamos assim, perante um círculo vicioso cuja corrente é necessário quebrar, para de uma vez por todas eliminar definitivamente a crise instalada de uma forma visível e intensa na economia brasileira, sobretudo a partir do final dos anos setenta.

NOTAS

- ¹ Dados apresentados por Luiz C. Bresser, na aula magna do XVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia), em Brasília a 4 de Dezembro de 1990 e posteriormente publicados na revista "PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÓMICO", v.21, nº1, Abril de 1991.
- ² Camargo, J.M. "DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL", Rio de Janeiro, Edit. Paz e Terra, 1991

- 3 Bresser, L.C.P. "A mudança no padrão de financiamentos dos investimentos", REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, v.7, nº4, Outubro de 1987

BIBLIOGRAFIA

- Abreu**, R.D. (org.) "A ORDEM DO PROGRESSO". Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990, 444 pgs.
- Almonacid**, R.D. "OS RUMOS DO PLANO CRUZADO". Conjuntura Económica, Rio de Janeiro, vol. 40, nº 10, pg. 91/96, Out. 1986.
- Arida**, P. (org.) "INFLAÇÃO ZERO: BRASIL, ARGENTINA E ISRAEL". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- _____, "Défice, dívida e ajustamento: uma nota sobre o caso brasileiro". REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, vol. 5 , nº 4 , Out/1985.
- Baer**, W. "A retomada da inflação no Brasil: 1974/1986". REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, vol. 7 , nº 1 , Jan/Mar 1987.
- Bacha**, E. L. "Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil". "PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÓMICO", Rio de Janeiro, 18 (1), 1/16, Abril/88.
- Barbosa**, F.H. "A INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA: MONETARISMO VERSUS ESTRUTURALISMO". Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983.
- Bielschowsky**, R. "PENSAMENTO ECONÓMICO BRASILEIRO: O CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTISMO." Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988, 552 pg..
- _____, "O processo inflacionário no Brasil e as suas relações com o déficit e a dívida do sector público", REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, vol. 8 , nº 2 , Abril/1988.
- _____, "Teorias estruturalistas da inflação: um comentário". "PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÓMICO", vol.10, nº 1, Abril/1980, pgs.333-340.
- Castro**, A. B. e **Souza**, F.P. "A ECONOMIA BRASILEIRA EM MARCHA FORÇADA". Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- Contador**, C.R. "Indexação: a experiência de duas décadas". "CONJUNTURA ECONÓMICA", FGV, Junho/83, pg.93.

- Fishlow, A.**, "*Brazilian Development in long term perspective*" in "AMERICAN ECONOMIC REVIEW", 70 (2), Maio de 1980.
- Langoni, C.G.** "A CRISE DO DESENVOLVIMENTO". Rio de Janeiro, Edit. José Olympio, 1985.
- Longo, C. A.** "ESTADO BRASILEIRO: DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS". São Paulo, Editora Atlas, 1990.
- Lopes, F.** "O DESAFIO DA HIPERINFLAÇÃO". Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.
- Mattos, A. C. M.** "A INFLAÇÃO BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM PRÁTICA E MODERNA ANTES E DEPOIS DO CHOQUE". Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1986.
- Miller, M.** "*No basta enfrentarse a la deuda: La crisis de la deuda internacional y los papeles del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional*". "FONDO DE CULTURA ECONÓMICA", Mexico, 1989.
- Modiano, E.** "DA INFLAÇÃO AO CRUZADO". Rio de Janeiro, Editora Campus, 1986.
- Pelaéz, C. M.** "O CRUZADO E O AUSTRAL: ANÁLISE DAS REFORMAS MONETÁRIAS DO BRASIL E DA ARGENTINA". São Paulo, Editora Atlas, 1986.
- Pereira, L.C.B.** "ECONOMIA BRASILEIRA: UMA INTRODUÇÃO CRÍTICA". São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- Pereira, L.C.B. e Nakano, Y.** "INFLAÇÃO E RECESSÃO". São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- Simonsen, M. H. ; Dornbusch, R.** "*Estabilização da inflação com o apoio de políticas de renda: Um exame da experiência na Argentina, Brasil e Israel*". "REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA", Rio de Janeiro, vol. 41, nº 1, 3/50, Janeiro/ Março, 1987.
- Tavares, M. C. e Assis, J. C.** "O GRANDE SALTO PARA O CAOS". Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1986.
- Williamson, J. (org.)** "INFLATION AND INDEXATION: ARGENTINA, BRAZIL AND ISRAEL". Washington, Institute for International Economics, 1985.